

VIRTÙ, FORTUNA E REALISMO POLÍTICO: MÉTODO E LIDERANÇA EM
O PRÍNCIPE DE MAQUIAVEL

*VIRTÙ, FORTUNE, AND POLITICAL REALISM: METHOD AND LEADERSHIP IN
MACHIAVELLI'S THE PRINCE*

Lelio Favacho Braga¹
Aline Nascimento Braga²
Maria Gilvania da Silva Alves³

RESUMO

Este estudo adota uma abordagem qualitativa para analisar *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel. Utilizamos um método hermenêutico para interpretar suas ideias centrais sobre poder, *Virtù* e *Fortuna*, por meio de leituras críticas de trechos que evidenciam a relação entre práticas políticas e a natureza humana. A seleção dos textos concentra-se em passagens que discutem a dinâmica entre ética e pragmatismo na política. O objetivo é desafiar interpretações simplistas, reconhecendo a interação complexa de fatores que influenciam a ação política e a relevância das decisões estratégicas dos líderes. Concluímos que a obra de Maquiavel estimula a reflexão sobre a capacidade dos líderes de moldar a vontade coletiva, oferecendo contribuições essenciais para a compreensão da política em sociedades complexas.

Palavras-chaves: Virtù; Fortuna; Realismo político.

ABSTRACT

This study adopts a qualitative approach to analyze Niccolò Machiavelli's The Prince. We applied a hermeneutic method to interpret his central ideas on power, Virtù and Fortuna, through critical readings of excerpts that highlight the relationship between political practices and human nature. The selection of texts focuses on passages discussing the dynamics between ethics and pragmatism in politics. The aim is to challenge simplistic interpretations, highlighting the complex interaction of factors that shape political action and the significance of leaders' strategic decisions. We concluded

¹ Doutor em Educação pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE-SP). Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Docente efetivo da Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC-PA). leliofavacho@gmail.com

² Doutoranda em Educação em Ciências e Matemáticas no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas – PPGECM pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Docência em Educação em Ciências e Matemáticas pelo Programa de Pós-Graduação em Docência em Educação em Ciências e Matemática - PPGDOC/IEMCI pela Universidade Federal do Pará (UFPA). aline.braga@iemci.ufpa.br

³ Especialização em Metodologia da Pesquisa Científica pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). a.gilvania46@gmail.com

that Machiavelli's work fosters reflection on the capacity of leaders to shape the collective will, providing essential insights for understanding politics in complex societies.

Keywords: *Virtù; Fortune; Political realism.*

1. INTRODUÇÃO

Este ensaio realiza uma análise filosófica e analítica da obra *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel. A metodologia inclui a leitura atenta da obra e uma revisão crítica da literatura acadêmica existente sobre o autor e sua obra. A abordagem realista e pragmática do autor explora a perspectiva da natureza egoísta da criatura humana no envolvimento da política, destacando sua compreensão da motivação predominante pelo interesse próprio. Esse entendimento molda diretamente suas ideias sobre como os governantes devem agir para manter o poder, examinando as complexas realidades que envolvem o exercício do poder. Na obra *O Príncipe*, Maquiavel apresenta sua visão na qual a força consistia “um instrumento ao mesmo tempo material e simbólico” (Bignotto, 2015, p. 88).

Investigamos a relação entre os conceitos-chave de *Virtù* e *Fortuna* na obra de Maquiavel. *Virtù* refere-se à habilidade estratégica e à capacidade de adaptação, aspectos essenciais na concepção política do autor para lidar com cenários incertos. Já *Fortuna*, entendida como o acaso ou a sorte, desempenha um papel importante na análise de eventos políticos e na relação entre príncipes e súditos. Além disso, são explorados a astúcia política, o poder militar e a adaptação estratégica na governança. O estudo destaca, de forma clara e precisa, a importância de *O Príncipe* como uma obra que transcende a simples formulação de teorias políticas, desempenhando um papel fundamental na educação política do homem moderno.

2. REFERENCIAL TEORICO

Para Maquiavel, a política é uma questão de estratégia e pragmatismo, sendo que *Virtù* – caracterizada pela astúcia e habilidade política - é fundamental para enfrentar as vicissitudes da *Fortuna* e consolidar o poder.

O autor enfatiza a importância de um exército forte como pilar fundamental para a estabilidade do Estado, sugerindo que a força militar é indispensável para sustentar qualquer forma de governança. Essa perspectiva oferece insights profundos sobre como os líderes devem navegar em um ambiente político turbulento, priorizando a eficácia em detrimento de considerações puramente éticas, conforme delineado nas complexas dinâmicas de poder que Maquiavel descreve. Nesse sentido, ele afirma: “não pode haver boas leis onde não há bons exércitos, e onde há bons exércitos é forçoso haver boas leis, eu deixarei de lado o assunto relativo às leis para falar dos exércitos” (Machiavelli, 2019, p.76).

O governante enfrenta um desafio fundamental: compreender tanto a sua própria natureza quanto a natureza dos seus súditos. “Estes são geralmente ingratos, volúveis, simuladores, covardes ante os perigos, ávidos de lucro” (Machiavelli, 2019, p.100). A compreensão desses elementos determina o passo à frente que o governante precisa ter sobre a natureza humana. Esta, conforme observado por Maquiavel, é geralmente caracterizada pela inconstância, dissimulação, ingratidão, temor diante de ameaças e um desejo de obter lucro. O governante precisa compreender profundamente a natureza humana, bem como a necessidade de preparação constante para enfrentar desafios futuros.

Para uma boa governança e manutenção do poder, a compreensão da natureza volúvel dos súditos é complementada pela preparação contínua e pela busca de conhecimento e recursos para resistir às mudanças da *Fortuna*. Além disso, há uma interconexão vital entre conhecimento, leis e exércitos bem treinados e disciplinados na construção de uma governança eficaz, independentemente da idade ou da natureza do Estado no pensamento do autor. Nesse sentido, “em vez de permanecer ocioso durante os anos de paz, [o príncipe] deve esforçar-se por acumular cabedais que lhe sejam úteis no infortúnio, a fim de, em mudando a sorte, estar preparado para resistir-lhe aos golpes” (Machiavelli, 2019, p.91). É fundamental dedicar-se diligentemente à arte da guerra, mesmo durante tempos de paz. Isso envolve a preparação para resistir aos desafios futuros e adaptar-se às mudanças da *Fortuna*.

Cumpre dedicar-se com afínco aos misteres da guerra, sobretudo em tempos de paz. Pode-se fazer de duas maneiras: pelas ações e pelo estudo. Pelas ações, conservando os seus exércitos, bem disciplinados e adestrados [...].

Quanto, porém, ao estudo, deve o príncipe ler a História, meditar nas ações dos homens ilustres, examinar como se portaram nas guerras, investigar as causas das suas vitórias e derrotas, para fugir destas e obter aquelas. Relevalhe, sobretudo, escolher entre os mais celebrados heróis da Antiguidade um modelo, cujas façanhas lhe estejam sempre vivas na memória (Machiavelli, 2019, p.89-90).

Maquiavel percebe que a manutenção de um Estado eficaz repousa sobre num alicerce sólido de formação, moldado por leis robustamente concebidas. Este alicerce, que entrelaça estudo e legislação sólida, é de importância primordial na sustentação de qualquer tipo de Estado, independentemente de ser novo, antigo ou uma mescla de ambos. Ele atua como o pilar essencial para a efetividade do governo. Através dessa base bem construída, os príncipes e súditos podem desenvolver um entendimento sólido das dinâmicas políticas e sociais, proporcionando a estabilidade necessária para a governança bem-sucedida.

A acumulação de recursos e conhecimento que possam ser utilizados em momentos de crise, enfatizando a necessidade de uma preparação constante. A acumulação de recursos e conhecimento refere-se à manutenção de exércitos bem treinados e disciplinados, essenciais para a segurança do Estado. Maquiavel também enfatiza o valor do conhecimento, que inclui a leitura da História e a análise das ações de figuras notáveis, em contextos de guerra e de paz. Isso oferece ao príncipe a capacidade de aprender com as lições do passado, entender as causas das vitórias e derrotas e, assim, evitar erros e buscar o sucesso futuro. Em essência, para Maquiavel, o estudo assinalado é uma ferramenta fundamental para adquirir conhecimento estratégico que complementa a preparação prática e contribui para uma liderança eficaz.

A relação entre exércitos bem treinados e disciplinados, conhecimento, leis e estudo da história emerge como elementos fundamentais na filosofia política de Maquiavel sobre governança e liderança, demonstrando sua abordagem realista e pragmática para os desafios que um príncipe pode enfrentar. É importante notar que, na época em que Maquiavel escreveu *O Príncipe* (2019), o tipo ideal de líder político que ele descreveu: o condottiero ideal, não existia na realidade italiana.

A convocação para a existência, tal como delineada em *O Príncipe* (2019), projeta Maquiavel como um defensor e catalisador de uma reforma abrangente, englobando esferas

intelectuais, morais e econômicas, com o objetivo de instaurar um novo Estado. Nesse contexto, o líder governante surge como a personificação ativa e dinâmica desse propósito, encarregado de conceber e guiar as interações dentro do paradigma estatal proposto. A prudência, portanto, requer que se escolham os caminhos previamente trilhados por grandes líderes e se busque replicá-los, mesmo que a fidelidade estrita a esses caminhos seja impraticável e a total emulação inatingível.

Maquiavel argumenta que um príncipe deve buscar ser temido, mas não odiado, enfatizando que a manutenção do poder depende de um equilíbrio delicado. A reflexão proposta por ele, de que a melhor estratégia é evitar o ódio, alinha-se com sua perspectiva pragmática sobre a política: a eficácia do governo está diretamente relacionada à forma como o líder é percebido pelos governados. Ao abster-se de abusos, como a apropriação dos bens dos súditos, o príncipe pode cultivar um respeito que, mesmo sem amor, assegura a estabilidade necessária em um contexto de incerteza e competição pelo poder. Assim, o autor ilustra sua visão de que a política deve ser encarada com realismo e sagacidade, fundamentando-se na dinâmica complexa das relações humanas e na natureza da liderança.

O amor se mantém por meio de vínculo de dever, e este vínculo os homens o rompem, levados pela sua índole perversa, sempre que de tal lhes resulte proveito. Já o temor é mantido por medo ao castigo, e este medo jamais abandona os indivíduos. O príncipe deve, todavia fazer-se temer de modo que, se não conquista o amor, evite o ódio; pois, ser temido e não odiado podem muito bem associar-se. Basta para isso que se abstenha de deitar mão aos haveres e às mulheres dos seus súditos. Se lhe for necessário tirar a vida a alguém, não deve fazê-lo sem justa e causa manifesta. Em qualquer caso, porém, evite apoderar-se dos bens dos súditos, porque os homens mais facilmente esquecem a morte do pai do que a perda dos haveres (Machiavelli, 2019, p.101).

Independentemente de inspirar amor ou temor, a prudência desempenha um papel igualmente fundamental na liderança política eficaz. O príncipe prudente possui discernimento para avaliar as circunstâncias e antecipar possíveis consequências de suas ações, a fim de tomar decisões bem fundamentadas. A prudência implica a capacidade de compreender o ambiente político, considerar os riscos e benefícios de cada medida e aprender com a história. Maquiavel destaca que um governante prudente precisa ser capaz de evitar erros graves, prever problemas e manter a estabilidade do Estado.

A habilidade de tomar decisões equilibradas, considerando o contexto e as consequências, é vista por Maquiavel como indispensável para um líder que busca o sucesso político e a manutenção do poder. Embora reconheça a importância da *Virtù* e da prudência, Maquiavel também aborda as questões morais e éticas inerentes ao exercício do poder. O pragmatismo do autor reflete uma racionalidade política, enfatizando a relação custo-benefício entre as vantagens obtidas e as ações tomadas, levando em consideração tanto as opções disponíveis quanto aquelas descartadas na conquista ou manutenção do poder.

Maquiavel compreende que, em determinadas situações, ações que podem ser consideradas cruéis ou injustas podem ser necessárias para a preservação do Estado ou para sua conquista. Ele argumenta que o líder precisa priorizar a estabilidade do governo e a segurança do Estado, mesmo que isso signifique tomar medidas que, à primeira vista, possam parecer questionáveis do ponto de vista moral. O autor de *O Príncipe* coloca o interesse do Estado acima de considerações éticas, fundamentando sua visão na realidade política e nas circunstâncias complexas em que os líderes se encontram. “Maquiavel pretendia abordar a política como ela é e não a sua imaginação e, desse modo, orientar uma prática política eficaz, assumia uma posição estratégica nesse empreendimento” (Bianchi, 2007, p. 25).

É considerado virtuoso o príncipe que mantém um exército composto por seus próprios cidadãos. Dessa forma, o Estado reduz sua dependência da *Fortuna* para se preservar, instituindo um sistema que, quando bem aplicado, lhe confere a capacidade de controlar seu próprio destino. Em contrapartida, um líder que confia exclusivamente em tropas auxiliares ou mercenárias para a defesa do Estado estará sujeito à instabilidade e a um futuro incontrollável, inteiramente à mercê das variações imprevisíveis da *Fortuna*. A prudência, por si só, não constitui *Virtù*, pois a habilidade de reconhecer o momento oportuno e agir com discernimento necessita da astúcia, especialmente quando apoiada por uma força militar própria.

Além disso, um príncipe desprovido das armas encontra-se vulnerável ao acaso, sujeito à possibilidade de ser surpreendido a qualquer momento por aqueles que detêm uma milícia. Mas, vale observar: as armas por si só também não são uma garantia, pois sua utilidade é comprometida quando empregadas indevidamente em situações inadequadas – um

exército mal utilizado pode se desmantelar rapidamente. As bases fundamentais que sustentam os Estados, independentemente destes serem: recentes, antigos, ou híbridos, reside em leis bem formuladas e em um exército robusto.

Maquiavel, ao analisar líderes históricos e suas ações, fornece *insights* valiosos sobre estratégias eficazes de governança. Ele examina o caso dos Médici em Florença, que instauraram o chamado “poder principesco”, concentrando o controle político nas mãos de uma família, em oposição ao sistema republicano anterior. Esta transformação política trouxe estabilidade, mas também controvérsia.

Além disso, discute-se como Maquiavel se encaixa em um período histórico essencial para a Itália e o mundo, no qual a política estava se tornando uma disciplina autônoma e o poder político estava se centralizando nos Estados. A ênfase de Maquiavel na imanência e na realidade material, em oposição a conceitos abstratos, destaca sua abordagem realista da política. Ele argumenta que os objetivos humanos devem ser terrenos e que a vida política é instável e moldada pela luta contínua dos homens.

Maquiavel também aborda a importância de compreender as influências internas e externas que moldam o comportamento humano, destacando a capacidade do indivíduo de exercer algum controle sobre suas ações e escolhas na vida terrena. Por fim, Maquiavel enfatiza a influência do líder na vontade coletiva e como um líder pode direcionar essa vontade para alcançar objetivos políticos específicos.

Há um caráter peculiar nos princípios refletidos por Maquiavel voltado primordialmente para os príncipes, com destaque ao novo líder da família Medici em Florença, Lorenzo, o magnífico. O ‘poder principesco’ instaurado pelos Médici se referia um modelo de governo em que o controle político estava concentrado nas mãos de um líder ou de uma família, em oposição ao sistema republicano anterior, em que o poder era distribuído entre várias instituições e cidadãos. Sob o domínio dos Médici, Florença passou por mudanças em sua estrutura de governo, e os Médici desempenharam um papel fundamental na tomada de decisões políticas e na condução dos assuntos da cidade.

A família Médici se assenhorou do poder em Florença a partir de 1434, instaurando um poder principesco em lugar da República. Foram anos

gloriosos, mas não sem oposição política. A invasão francesa, em 1494, possibilitou a derrocada dos Médici e a restauração da República, não sem antes a cidade passar pela experiência política do monge Savonarola. Apenas com Pier Soderini pareceu a república florentina resgatar a estabilidade republicana, mas por pouco mais de uma década apenas, até que os exércitos espanhóis viessem a expulsar os franceses da Itália e a impor novamente o domínio dos Médici na cidade, os quais se assenhoram também do Papado no ano seguinte, com Leão X (Salatini; Del Roio, 2014, p.205).

A transformação política exercida pela família Medici em Florença trouxe estabilidade em certos aspectos, mas também gerou controvérsias e conflitos, uma vez que alguns cidadãos viam com desconfiança a concentração de poder nas mãos de uma única família. A ascensão dos Médici marcou um período de grande influência na política florentina, culminando em uma dinastia que se estendeu por várias gerações e que teve um impacto duradouro na história da cidade e da Itália renascentista.

Em 1454, o acordo conhecido como Paz de Lodi estabeleceu uma relativa estabilidade entre os diversos Estados italianos após um longo período de turbulência, que remontava pelo menos ao retorno do Papado a Roma em 1378. No entanto, a transformação da Itália em um campo de disputa entre os Estados territoriais emergentes na Europa na segunda metade do século XV abalou esse equilíbrio, inaugurando uma nova fase de confrontos que, no final das contas, colocou os Estados italianos em uma posição subordinada aos acontecimentos no contexto europeu. Esse período histórico, que se estende do final do século XV às primeiras décadas do século XVI, marcou o surgimento da política como um campo autônomo de ação prática e teórica, uma vez que testemunhou a centralização do poder político no âmbito estatal. Esse processo ocorreu simultaneamente ao aumento da autonomia do capital mercantil, porém, sem contestar o poder político-econômico da nobreza feudal.

Maquiavel é então expressão magna desse período histórico crucial para a Itália, a Europa e o mundo. Nascido em 1459, Maquiavel contou com sólida formação humanista e foi chamado a trabalhar na chancelaria da República em 1498. Foi assim homem de Estado entre 1498 e 1512, ou seja, enquanto durou o governo de Soderini. Com o retorno dos Medici ao poder, Maquiavel viu-se obrigado a se tornar um intelectual *stritu sensu*, um estudioso e escritor, sem ter nunca escondido a sensação de exílio interno, de cárcere (Salatini; Del Roio, 2014, p.205).

A sólida educação humanista de Maquiavel, evidente em sua obra *O Príncipe*, vai além da mera consideração dos valores humanos destinados aos príncipes, o autor ocasionalmente destaca a opção pelo uso da racionalidade política, ponderando sobre a relação custo-benefício: os objetivos legitimam os métodos. Essa ênfase nas virtudes necessárias a um governante, conforme delineado por Maquiavel em *O Príncipe*, pode ser interpretada como uma continuação do debate sobre se um governante deve inspirar temor ou afeto. “Na minha opinião, conviria ser ambas as coisas. Dada, porém, a dificuldade de preencher alguém esse duplo requisito, o mais vantajoso é ser temido” (Machiavelli, 2019, p.100). A relação entre formação moral e eficácia governamental, explorada por Maquiavel, permanece um tema fundamental na compreensão das complexidades da liderança política e da tomada de decisões. “A ‘verdade efetiva das coisas’ encerraria, pois, um critério de causalidade eficiente. Os meios válidos seriam apenas aqueles considerados capazes de produzir os resultados desejados” (Bianchi, 2007, p. 25).

A filosofia política de Maquiavel nos convida a enxergar a política não como uma abstração, mas como uma parte intrínseca da vida humana, repleta de complexidades, desafios e conquistas tangíveis. Sua ênfase na imanência política nos lembra que a construção de sistemas políticos e a busca pela liberdade são empreendimentos moldados por ações concretas, decisões e lutas contínuas. “A vida política é instável: a república não é uma fundação ideal, mas fruto da luta contínua dos homens” (Bercovici, 2008, p. 58-59). Nesse contexto, o líder, ou “condottiero”, assume um papel fundamental, direcionando a vontade coletiva em busca de objetivos políticos específicos.

O caráter fundamental do Príncipe é o de não ser um tratado sistemático, mas um livro ‘vivo’, no qual a ideologia política e a ciência política fundem-se na forma dramática do ‘mito’. Entre a utopia e o tratado escolástico, formas nas quais se configurava a ciência política até Maquiavel, este deu à sua concepção a forma da fantasia e da arte, pela qual o elemento doutrinário e racional personifica-se em um condottiero, que representa plástica e “antropomorficamente” o símbolo da ‘vontade coletiva’ (Gramsci, 2001, p. 1555).

Portanto, conforme o exposto, o *condottiero* consiste na vontade coletiva, direcionando-a para um fim político determinado. A abordagem rigorosa e científica de

Maquiavel na exploração desses conceitos oferece uma base sólida para a compreensão da gramática da política e da governança, continuando a ser um referencial importante na reflexão filosófica sobre o poder e sua manutenção na seara política. Em última análise, Maquiavel nos desafia a encarar a política como uma parte intrínseca e concreta da experiência humana, destacando a importância de abordá-la com realismo, pragmatismo e ações diretas.

3. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, explorando a obra *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel como fonte primária. A pesquisa se concentra na análise textual da obra, utilizando um método hermenêutico para interpretar as ideias centrais de Maquiavel sobre poder, *Virtù* e *Fortuna*. Foram realizadas leituras críticas e comparativas de trechos selecionados, em que se destaca a relação entre as práticas políticas e a natureza humana, conforme descrito por Maquiavel. A escolha dos textos se baseia na relevância das passagens que abordam a dinâmica entre ética e pragmatismo na política.

Entre outros, o estudo também considera as obras de comentadores como Bianchi (2007) e Skinner (2023) para contextualizar e enriquecer a análise das premissas de Maquiavel. A metodologia inclui a reflexão sobre a aplicabilidade das teorias maquiavelianas na contemporaneidade, visando compreender sua contribuição ao campo da filosofia política e sua relevância nas discussões sobre liderança e governança.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise de Maquiavel em *O Príncipe* oferece uma visão aprofundada das dinâmicas de poder que moldaram a política na Florença renascentista, destacando a importância da centralização do poder nas mãos dos Médici. Este “poder principesco” não apenas trouxe estabilidade, mas também gerou controvérsias e tensões políticas, uma vez que muitos cidadãos se opunham à ideia de um governo autocrático, preferindo a distribuição do poder,

característica do sistema republicano anterior. Maquiavel observa que essa transformação foi uma resposta a um contexto histórico de instabilidade e conflitos, onde as disputas entre Estados territoriais eram frequentes.

O papel de Maquiavel como pensador político é emblemático de um período em que a política começou a se afirmar como uma disciplina autônoma. Ele destaca a importância de compreender a política em sua realidade material, desmistificando conceitos abstratos que não se sustentam diante da complexidade das relações humanas. Na perspectiva do autor, a vida política é marcada por uma luta contínua, na qual a estabilidade é efêmera e moldada pelas ações concretas de líderes e governantes. Essa visão pragmática revela a dinâmica intrínseca do poder, em que as decisões e estratégias são constantemente influenciadas por contextos específicos e interesses variados.

A análise dos Médici, por exemplo, ilustra como a governança pode ser impactada por influências internas e externas, e como essas forças moldam a ação e a escolha dos indivíduos. O conceito de *condottiero*, que representa um líder capaz de direcionar a vontade coletiva, é fundamental para entender a proposta de Maquiavel. Ele não apenas destaca a habilidade do líder em manobrar a política, mas também a necessidade de compreender o papel do afeto e do temor na liderança. A célebre afirmativa de que é preferível ser temido do que amado revela a pragmática de Maquiavel: a eficácia política pode muitas vezes exigir decisões que não se alinham com a moralidade convencional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto, ao longo do presente estudo foi percebido que Maquiavel destaca a complexidade da natureza humana, reconhecendo que tanto fatores internos quanto externos moldam as ações humanas. Sua análise sobre a *Fortuna*, que pode influenciar metade das ações da criatura humana, reflete a imprevisibilidade na vida. No entanto, ao afirmar que os indivíduos têm algum controle sobre a outra metade, Maquiavel enfatiza a capacidade humana de tomar decisões e moldar seu destino. Essa visão equilibrada da influência da *Fortuna* e do livre arbítrio ressalta a importância de ações estratégicas e

conscientes na política e na vida, contribuindo para sua abordagem realista e pragmática da política.

Portanto, a dinâmica entre a influência do príncipe e a vontade coletiva, conforme delineada por Maquiavel, oferece uma perspectiva fascinante da política. Ela destaca a capacidade dos líderes de moldar e direcionar a vontade de uma população, mesmo na ausência de uma coesão natural ou de um consenso absoluto. Em uma sociedade, as vontades, opiniões e interesses individuais são diversos e, muitas vezes, conflitantes. Maquiavel argumenta que, mesmo sem essa unidade espontânea ou concordância geral, os líderes podem, através de habilidade, astúcia e estratégia política, orientar e controlar a vontade coletiva para atingir seus objetivos.

A ausência de unidade espontânea (coesão natural) ou acordo universal (consenso absoluto) é particularmente relevante na política contemporânea, na qual a persuasão e a comunicação desempenham papéis *sine qua non* na liderança política. Tal habilidade de influenciar a vontade coletiva levanta questões éticas: até que ponto é aceitável que um líder influencie a vontade do povo? Isso não poderia, em certos casos, anular a autonomia do indivíduo, tornando-o uma mera extensão das ideias do líder? No entanto, essa conduta do líder alinha-se à lógica da racionalidade política, baseada na relação custo-benefício.

5.REFERÊNCIAS

BERCOVICI, Gilberto. **Soberania e Constituição:** para uma crítica do constitucionalismo. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 384.

BIANCHI, Álvaro. **Croce, Gramsci e a Autonomia da Política.** Revista de Sociologia e Política. v. 29, p. 15-30, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni Del Cárcere.** Edizione critica dell'Istituto Gramsci; a cura di Valentino Gerratana. 4 v. Torino: Einaudi, 2001, p. 3650.

MACHIAVELLI, Niccolò. **O Príncipe:** com comentários de Napoleão Bonaparte I e Cristina da Suécia. Tradução de Mário e Celestino da Silva. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019, p.160.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno.** (Vol. 2) - A era da reforma. Lisboa: Leya, 2023, p.428.

SALATINI, Rafael; Del Roio, Marcos (organizadores). **Reflexões sobre Maquiavel.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p.256.